

Prémio Leaders & Achievers-Flecha Diamante 2020 PMR África

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

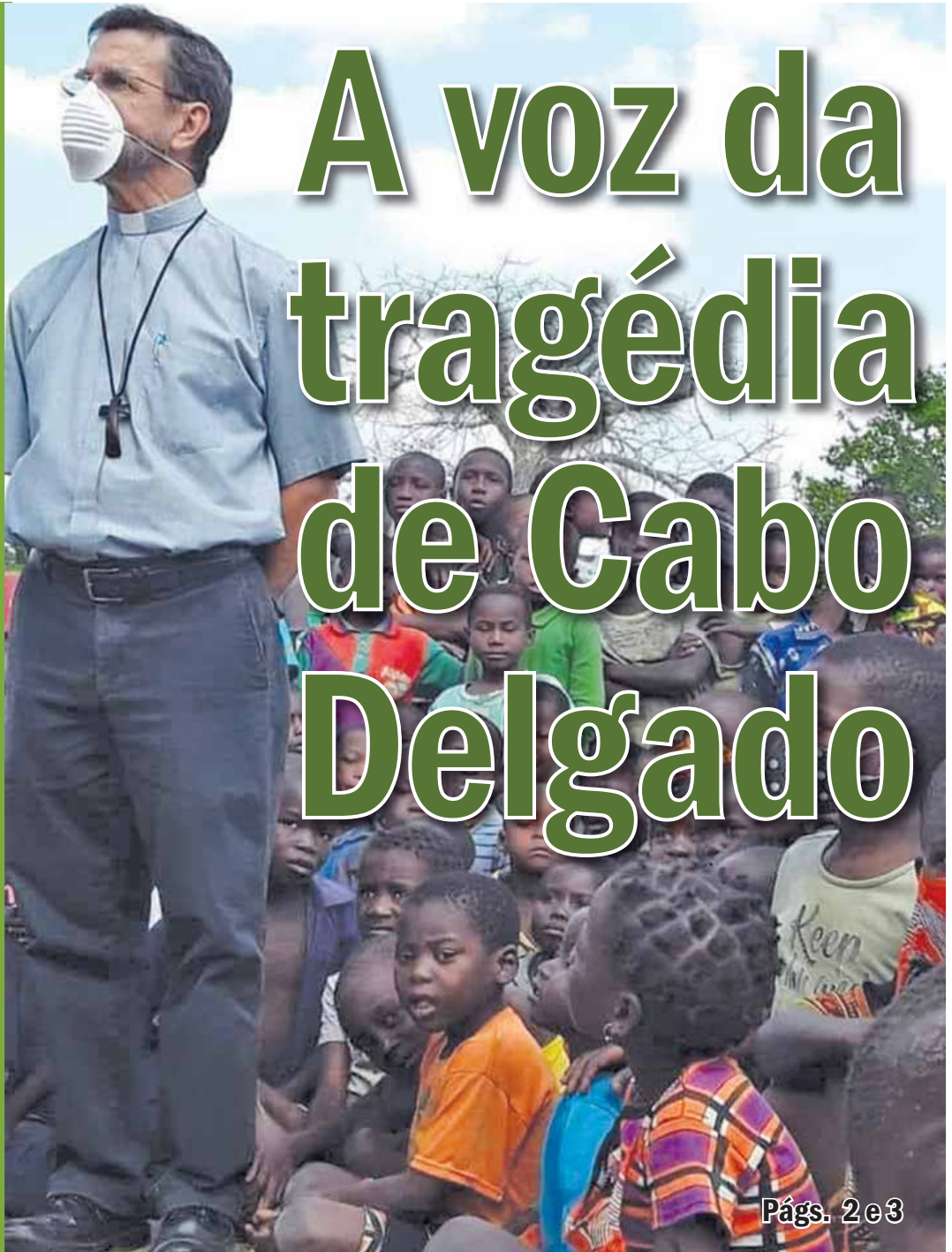


Maputo, 25 de Dezembro de 2020 • ANO XXVII • Nº 1407 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)



**Bispo Fernando Lisboa
a nossa figura do ano**



A voz da tragédia de Cabo Delgado

Págs. 2 e 3


lotaria
super taluda

**APOSTA EM GRANDE
SUPER TALUDA
4.000.000 MT**

Joga em
todo o lugar
*124# | sojogo.co.mz
Agentes | RecargaAki
à venda até 25
de Dezembro - 19h
Concurso nº 52



É PROIBIDA A VENDA DE JOGO A MENORES DE 18 ANOS.

A nossa figura do ano

Bispo Luiz Fernando Lisboa: a voz da tragédia de Cabo Delgado

É a voz do sofrimento que, desde Outubro de 2017, se abate sobre a província de Cabo Delgado. A sua verticalidade já lhe valeu ataques caninos, sobretudo neste ano difícil em termos das liberdades de expressão e de imprensa. Mas, mesmo com os canos apontando-lhe à testa, não verga perante o sofrimento de todo um povo que está a ser dilacerado por uma guerra de contornos difusos. Chama-se Luiz Fernando Lisboa. É bispo da Arquidiocese de Pemba, na martirizada província de Cabo Delgado. É a figura do ano 2020, eleita “por unanimidade e aclamação” pela redacção do SAVANA.

É brasileiro de nacionalidade. Mas tem Moçambique como sua segunda pátria. Ao SAVANA diz que foi por vontade e decisão próprias vir viver para Moçambique.

Já são cerca de 20 anos ligado ao país. Aterrou, pela primeira vez, em 2001, na altura como missionário afecto à província de Cabo Delgado.

Cerca de nove anos depois, regressaria ao Brasil. Mas, na sua terra natal, só iria ficar quatro anos porque, em 2013, seria nomeado bispo de Pemba.

Há quatro anos, é presidente da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, da Conferência Episcopal de Moçambique.

Mas também é, desde 2018, secretário-geral da Conferência dos Bispos de Moçambique, que é a coordenação da Igreja Católica no país. Entre os próximos é tratado por Luizinho.

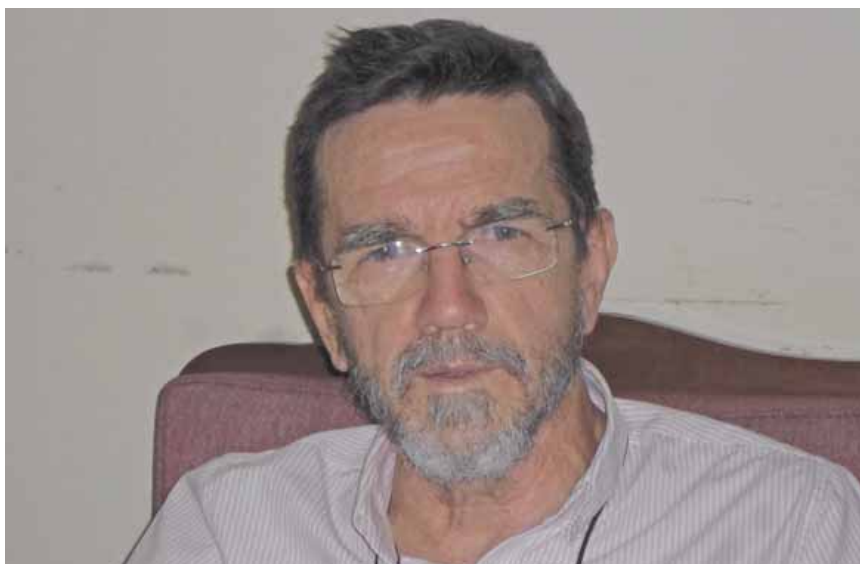
A sua postura crítica, para não mencionar os contundentes posicionamentos da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, lhe têm custado incompreensões e até ataques por parte de sectores retrógrados da nossa sociedade, alguns dentro do próprio Governo e no partido Frelimo.

Se bem que é verdade que o bispo de Pemba nunca se inibiu de criticar o que vai mal no país, também é verdade que foi, sobretudo, a guerra de Cabo Delgado que o tornou *persona non grata* aos olhos daqueles que não gostam da verdade.

Porta-voz do sofrimento

Luiz Fernando Lisboa é o tipo de actor nos filmes que, na luta pelo interesse comum, chega a confrontar regimes autoritários, ainda que ele próprio se coloque na mira dos poderes instituídos.

Desde o início da guerra de Cabo Delgado, em Outubro de 2017, o bispo de Pemba tem sido a voz dos



“Enquanto o povo estiver instrumentalizado por poderes ocultos, que pretendem impor os próprios interesses, não haverá paz nem reconciliação, muito menos esperança”

sem voz no martírio dos horrores que se abatem sobre a província que atrai a gula de múltiplos interesses internos e externos.

Num cenário em que o Governo instituiu, explícita ou tacitamente, ordens de silêncio sobre a guerra de Cabo Delgado, manifesta em perseguições, detenções e desaparecimento de jornalistas, Luiz Fernando é das poucas vozes que sempre ecoou no meio das trevas.

A *vatican news*, uma publicação do Vaticano, Roma, trata-o como porta-voz dos deslocados de guerra. “Dom Luiz tornou-se o porta-voz dos deslocados e tem o apoio de Francisco”, escreve a publicação, numa breve sobre a audiência 40 minutos que o Papa Francisco, preocupado com a situação de Cabo Delgado, concedeu, a 18 de Dezembro deste ano, ao bispo de Pemba, no Vaticano.

Apesar da devastação em templos e instalações da igreja católica, Luiz Fernando não comenta a guerra em termos confessionais. No último ataque a Mocimboa da Praia, em Agosto, teve duas irmãs de caridade brasileiras raptadas. Trabalhou na sombra para a sua libertação, tendo conseguido depois a sua evacuação para o Brasil.

O bispo Luiz Fernando tem denunciado, em entrevistas a órgãos de comunicação social nacionais e internacionais, a situação dramática da província.

Mas uma das suas primeiras intervenções públicas é uma carta que publica em Julho de 2019. Designou-a por “carta ao povo de Cabo Delgado”, mas, no fundo, era uma carta ao país e ao mundo.

Nela, o bispo denunciava “poderes ocultos” por detrás da guerra de Cabo Delgado.

“Enquanto o povo estiver instrumentalizado por poderes ocultos, que pretendem impor os próprios interesses, não haverá paz nem reconciliação, muito menos esperança”, escrevia ele.

Um mês depois, diria, numa entrevista ao SAVANA, que essa era uma forma de dizer que “nós queremos saber quem são os responsáveis” de uma guerra que está a “prejudicar só os pobres, que já têm tão pouco (...) esses que estão a perder a vida, as casas e tudo”.

Na mesma carta, dizia Luiz Fernando que, diferentemente das vítimas do ciclone Kenneth que, no mesmo ano, assolou a província, mobilizando ajuda de todos os cantos, as vítimas do que chamou de “ciclone ataques” estavam abandonadas.

Na entrevista, o SAVANA lhe perguntaria porquê: “por causa do secretismo. Este é um assunto quase proibido. Tanto é que prenderam jornalistas que queriam trazer notícias sobre isso. Esse ciclone dos ataques foi escondido”, responderia ele.

Mas uma das suas mais contundentes críticas sobre a guerra de Cabo Delgado viria a fazê-la numa entrevista, também a este semanário, em Junho do ano prestes a terminar. Dessa vez, o bispo afirmou que a província de Cabo Delgado ficou esquecida durante muitos anos, para depois chamar à atenção que, com uma parte da sociedade abandonada na periferia, sem acesso à educação, saúde, com falta de em-

prego e perspectivas, facilmente os jovens são levados pelos grupos que semeiam a violência.

“Cabo Delgado ficou esquecida durante muitos anos. Não se investiu suficientemente na educação. Os jovens têm pouco acesso à educação. O jovem que quiser estudar, ou vai ao centro da vila e viver mal na base de favores de outra família ou, então, ele fica sem estudar e desempregado. É, inclusive, por causa da baixa escolaridade, da falta de emprego, da falta de perspectivas, que muitos jovens são levados por esses grupos. Outra é a área da saúde. Há muito pouco acesso ainda à saúde. «Ah, mas ultimamente foram construídos hospitais». Foram. Mas não bastam os hospitais. É preciso médicos, enfermeiros e medicamentos. Não basta ter uma unidade sanitária se não há medicamentos. Portanto, é mesmo preciso um investimento forte em Cabo Delgado. Não só em Cabo Delgado, nas outras províncias onde também há muita pobreza, mas neste momento Cabo Delgado que é o foco. Se não houver investimento no emprego para juventude, na formação da juventude, investimento na área da saúde, é claro que vamos continuar nos piores índices de desenvolvimento humano não só em Moçambique, mas no mundo”, disse.

Na mesma entrevista, Luiz Fernando Lisboa descreveu um Moçambique de abismos entre ricos e pobres, um país, dizia ele, onde temos milionários, mas com uma “pobreza chocante”.

Também na entrevista de Junho último, o bispo de Pemba reiterava que não aceitava “cinismo”, em alu-

são às narrativas vitoriosas das Forças de Defesa e Segurança (FDS), que dão conta de “abates de terroristas”, de os “terroristas estarem fragilizados e acoissados”, quando pessoas continuam a ser assassinadas, aldeias e vilas continuam a ser atacadas e pessoas a fugirem à procura de refúgio.

“Como posso aceitar que eles estejam fragilizados se continuam a atacar? Como posso aceitar que estejam acoissados se continuam a raptar nossos jovens e adolescentes? (...) As FDS reforçaram suas tropas, porém, os atacantes mudaram as suas táticas e, infelizmente, têm sido muito efectivas”, rebatia.

Não é que o bispo de Pemba tenha ânimo leve pelo sofrimento dos que protegem a pátria, como mais tarde seria acusado pelo próprio presidente da República de Moçambique. Mas, como ele próprio disse na entrevista ao SAVANA, manter-se indiferente perante ao sofrimento da população, só se ele fosse de pedra.

“Uma coisa é dar comida para 500 pessoas, outra é dar comida para milhares de pessoas. É toda aquela gente parada nos acampamentos sem saber o que fazer. Parada. Quando chega alguém é uma novidade. Aquelas crianças todas, sem nenhum tipo de actividade; os adultos, as mães, corta o coração de ver. E as pessoas a dizerem: «olha, a comida que temos é pouca, dá para mais 2 ou 3 dias; faltam-nos panelas para cozinhar; não há tendas para todo mundo». Nós vimos crianças dormindo ao relento, numa esteira apenas. Então, olhar essas coisas e não sentir nada, só se a gente fosse de pedra. Mas somos humanos, por isso, dor do outro tem que doer em nós também”, disse, na altura.

E os ataques vieram

Enquanto era aplaudido pelos sectores progressistas da sociedade, Luiz Fernando somava inimigos nos sectores mais conservadores, incluindo dentro do próprio Governo.

Aliás, foi o próprio chefe de Estado que atirou o primeiro tiro para um dos mais virulentos ataques que o bispo sofreu, este ano.

Filipe Nyusi estava de visita à província de Cabo Delgado, quando proferiu um discurso considerado, pela crítica, como altamente incendiário.

Nem mais. O presidente atacou “moçambicanos e estrangeiros” que não respeitam o sacrifício dos que mantém erguida a pátria e garantem a estadia até desses “moçambicanos e estrangeiros”.

“Lamentamos por aqueles moçambicanos que, bem protegidos, levam, de ânimo leve, o sofrimento dos que os protegem, incluindo alguns estrangeiros que, livremente, preferiram viver em Moçambique, mas que, em nome camuflado dos direitos humanos, não respeitam o sacrifício dos que mantêm erguida esta jovem pátria e garantir a sua estadia em Cabo Delgado e em Moçambique, em geral”, disse Filipe Nyusi, num discurso que não deixou de expor nervosismo sobre a situação de Cabo Delgado, onde, apesar do triunfalismo oficial, os insurgentes continuavam a avançar aos pés das FDS.

Era o ataque, ao mais alto nível do Estado, contra todos aqueles que se recusam a embarcar no triunfalismo oficial, que se quer unânime, sobre o conflito de Cabo Delgado. Claramente, um dos visados do PR era o bispo de Pemba, justamente a cidade a partir de onde o presidente se dirigia à Nação. Era o próprio mensageiro a se tornar em vítima dos ataques.

Mais tarde, Nyusi emendaria a mão. Numa das suas frequentes visitas a Pemba foi a pé a casa do bispo, a pedido deste. Luiz Fernando pediu-lhe um encontro a sós. O presidente mandou sair Bernardino Rafael, o comandante-geral da polícia que o acompanhava.

Filipe Nyusi não mencionou nomes na sua intervenção pública, mas os cachorros do regime trataram de fazê-lo. E fizeram-no em coro, eles que são a frente falante dos esquadrões de morte.

Sedentos de mostrar serviço, não demoraram a reagir. Destilaram todo o veneno contra o bispo de Pemba, uma das poucas vozes que expõem a guerra em Cabo Delgado.

O primeiro a destilar o seu ódio contra o bispo Luiz Fernando foi Gustavo Mavie, um dos mais letais membros do G40.

O G40 é um grupo de vassallos da Frelimo cuja missão é prestar hosanas ao partido no poder e seu Governo, atacando todo o pensamento diferente, sobretudo, da oposição.

Mavie lavrou uma das suas habituais cartas, na qual acusava o bispo de Pemba de ser “um dos estrangeiros que têm estado na vanguarda dos que, injustamente, criticam o Governo de Nyusi e as Forças de Defesa e Segurança que, dia e noite, arriscam as suas vidas para combater os terroristas em Cabo Delgado é, sem dúvida, o actual bispo de Pemba, Luiz Fernando Lisboa”. Mas a carta de Gustavo Mavie não podia ter encontrado um melhor amplificador. Egídio Vaz considera Gustavo como seu “mestre”.

“Acabo de ler o longo texto de Gustavo Mavie sobre o bispo católico de Pemba. Concluo que ele é, de facto, um dos logísticos dos terroristas. É ele quem dá comida aos insurgentes”, escreveu Egídio Vaz, para quem “ele (o bispo de Pemba) é um criminoso” e que não sabe por quê o “Estado moçambicano ainda mantém o DIRE”, o documento de identificação de estrangeiros residentes em Moçambique.

De um dos mais críticos historiadores do país, Egídio Vaz se transformou num “moço de recados” do Governo da Frelimo, actualmente circulando nos corredores da Presidência da República.

A sua missão é defender, de unhas e garras, tudo o que o regime diz, ainda que contrarie as suas próprias convicções e posicionamentos anteriores.

Mas Gustavo Mavie e Egídio Vaz são apenas os notáveis dos vários “milicianos digitais”, especializados no patrulhamento ideológico, que decidiram atacar o bispo de Pemba.

Dias depois da recepção especial ao bispo de Pemba, pelo Papa Francisco, no Vaticano, a 18 de Dezembro corrente, Egídio Vaz voltou a atacar o prelado, desta vez até com insultos de cariz racista e sugerindo que fosse “disciplinado” ou “transferido”.

Mas não é só pelos “milicianos digitais” que o bispo de Pemba é atacado. Na comunicação social, tem, também, um inimigo, um jornal maioritariamente detido pelo SPI, o braço empresarial do partido Frelimo.

O seu último ataque ao bispo data

de 22 de Junho de 2020, uma semana depois do bispo Luiz Fernando ter dado uma grande entrevista ao SAVANA.

Nessa entrevista, em que o bispo de Pemba não mais fez senão a crítica, salutar em democracias, o referido jornal encontrou “posicionamentos que são uma flagrante e inaceitável intromissão nos assuntos políticos domésticos, visando desacreditar Moçambique, internacionalmente, bem como colocar o povo contra o Governo”.

O pregador dos perseguidos

Várias condenações aos ataques contra o bispo vieram de vários cantos dentro e fora do país, acompanhadas de mensagens de solidariedade.

E uma dessas reacções veio, justamente, do Vaticano. De lá, o Papa Francisco telefonou, directamente, para Pemba, a dizer que estava próximo do bispo e de todo o povo de Cabo Delgado, uma província cuja situação acompanha com muita preocupação e pela qual tem rezado.

No telefonema, Francisco disse que estava com o bispo e o povo de Cabo Delgado e encorajou Dom Lisboa com um “adelante”, que significa “avante”. No mesmo dia, Dom Lisboa convocaria uma conferência de imprensa para anunciar a solidariedade do Papa Francisco. Mas, nessa conferência, quando confrontado por jornalistas sobre os ataques de que estava a ser vítima, o bispo não quis responder aos seus algozes.

O seu foco, rebateu, era continuar o trabalho da igreja católica em assistir às vítimas e levar conforto para as pessoas e aquilo que elas mais precisam, desde alimento a roupas.

Aliás, de acordo com Lisboa, que disse ser apenas pregador do evangelho, a Igreja simplesmente está do lado da justiça e do bem do povo.

“Nós estamos fazendo o nosso trabalho como igreja. Eu não falo em nome próprio, falo em nome da igreja e estou em total sintonia com o Papa Francisco. Nós somos porta-vozes daquilo que Jesus ensinou no evangelho. Jesus nos ensinou a estar ao lado da verdade, da justiça e da paz”, anotou.

E disse mais. “Nós trazemos o evangelho. Nós somos pregadores, anunciadores do evangelho e Jesus, que é o evangelho vivo, nem ele, que é o evangelho vivo, foi unanimidade. Ninguém de nós tem intenção de agradar a todos porque não vamos conseguir. Jesus teve muitos críticos e teve morte

*Festas Felizes
Frescas e
Minerais*

Agua da Namacha
500 ml

The advertisement features a blue and white winter-themed background with snowflakes. A white dove is shown in flight, carrying a green olive branch. In the foreground, there are three gift boxes wrapped in white and blue paper with large blue bows. To the right, a clear plastic bottle of Namacha mineral water is prominently displayed, also adorned with a large blue bow. The text 'Festas Felizes Frescas e Minerais' is written in a large, elegant, white script font across the top. The bottle label includes the brand name 'Agua da Namacha' and the volume '500 ml'.

Menção honrosa

Empresários indomáveis contra raptos

Rompendo com o entendimento, às vezes simplista, de que os homens de negócios em Moçambique estão capturados pelo partido no poder – para preservarem a sua condição privilegiada – os empresários da cidade da Beira disseram basta à resignação face aos raptos que têm assolado as principais cidades moçambicanas visando pessoas de famílias com posses.

Congregados no “Movimento Beira Anti-Raptos”, os homens de negócios da chamada segunda cidade moçambicana paralisaram em Outubro o comércio durante três dias, expondo com a sua acção o falhanço do Governo na sua missão de garantir a segurança dos seus cidadãos.

Manifestamente incomodado, o Executivo preferiu optar pela intimidação, ameaçando aplicar sanções aos homens de negócios que não abrissem as lojas.

Encarnando o espírito inconformista das gentes do “Chiveve”, os homens de negócios não se encolheram e foram avante com a sua manifestação de repúdio face a um crime horrendo.

Com a iniciativa, os homens de negócios responsabilizaram, ainda que de forma velada, as forças policiais e os serviços de informação – aos quais cabe assegurar a manutenção da segurança e ordem pública –, pelo crime hediondo.



A impunidade com que os grupos de raptos operam já levou muitos moçambicanos à certeza de que o banditismo está infiltrado na hierarquia do aparelho de combate à criminalidade no país.

O conhecimento atempado das movimentações das vítimas e suas famílias junto da polícia por parte dos criminosos é um indício bastante de que sectores de dentro da corporação são também parte da infraestrutura e superestrutura ligadas aos raptos.

Um negócio lucrativo

A constante recusa das autoridades moçambicanas em aceitar a ajuda de estados estrangeiros é vis-

ta como receio quanto à descoberta do envolvimento de altas figuras da polícia e não só no lucrativo crime dos raptos.

Ademais, temem os poderosos de Maputo que podem ser detectadas fragilidades deliberadamente provocadas para debilitar a capacidade de as autoridades combaterem os raptos. Só este ano, 16 pessoas – empresários ou seus familiares – foram raptados e nenhuma libertada com um claro e eficaz envolvimento da polícia.

A ousadia dos raptos está a um nível tal que nem gente próxima de figuras do escalão mais alto do poder escapam à saga. O dono da loja de vinhos Socimpex tido

como próximo de Filipe Nyusi terá sido obrigado a fugir do país, após ser raptado e estar na iminência de mais um rapto. O mesmo aconteceu com o empresário e filantropo Rizuan Adatia, também obrigado a deixar o país, após semanas de cativo e ameaças de mais rapto. Filipe Nyusi anunciou no dia 16 no parlamento a criação de uma unidade anti-raptos para combater este tipo de delitos, mas pessoas atentas alertam que essa acção poderá não passar de uma cortina de fumo, caso não haja uma vontade firme ao nível de topo.

O país tem inúmeras experiências de criação de instituições que

depois se mostraram irrelevantes porque foram edificadas apenas com o intuito de desviar as atenções.

Por outro lado, os vícios tenebrosos dos actuais membros do Serviço Nacional de Investigação Criminal (Sernic) e de alguns magistrados podem perfeitamente ser herdados pelos membros da eventual e futura nova instituição.

Além de privar as vítimas de um dos direitos fundamentais – a liberdade – os raptos atiram famílias para a indigência, dado que as vítimas se vêm obrigadas a deixar o país, acabando os seus negócios e liquidando postos de trabalho.

É que mesmo depois de “saírem em liberdade”, as vítimas continuam alvo de extorsão.

Os raptos exigem a mobilização de toda a sociedade moçambicana, porque mesmo os que ainda não foram atingidos são vítimas em potência.

A experiência mostra que delinquentes sem capacidade para raptar gente graúda vai virar-se para o que tem à mão de semear, que são famílias pobres que podem estar à mercê de raptos cuja moeda de troca esteja ao nível da expectativa dos autores, mas muitas vezes longe da vítima e sua família.

Por outro lado, dada a imperícia neste tipo de acções, os resultados são potencialmente mais catastróficos, podendo redundar em morte.

Menção honrosa

Armindo Tiago: as falas mansas que combatem à Covid-19

Académico e médico obscuro para o grande público, antes de ser nomeado para ministro da Saúde, a oralidade arrastada e um arranque titubeante de Armindo Daniel Tiago (*entre os próximos é tratado por tiago*), começou por criar alguma desconfiança quanto à sua competência para dirigir o complexo e estratégico Ministério da Saúde, mas essas nuvens de dúvidas dissiparam-se rapidamente perante a colossal capacidade argumentativa, serenidade e segurança na defesa da orientação que pretende impor no pelouro.

Quando muitos podiam ter desabado face a uma verdadeira guerra imposta pela Covid-19, Armindo Tiago passou para a sociedade moçambicana uma mensagem da possibilidade de viabilidade do equilíbrio entre a saúde pública e a sobrevivência económica dos mais vulneráveis.

Como médico e denotando conhecimento do Sistema Nacional de Saúde (SNS), sempre colocou o



Armindo Tiago, Ministro da Saúde

acento tónico no risco de colapso dos serviços, caso as infecções por Covid-19 descambassem. Não foi reportado até agora um cenário de hecatombe.

O caudal de argumentos médico-científicos que esgrimiui nas presenças na Assembleia da República (AR) ajudou a criar uma imagem de normalidade no SNS, mesmo que esse quadro de “tudo sob controlo” tenha sido várias vezes inflacionado por Armindo Tiago.

Colaborou de pronto com as exigências da Sociedade Civil de publicitar as ajudas que o MISAU recebeu para a luta contra o novo coronavírus, permitindo que os números dos apoios fossem colocados na página do Ministério da Saúde, pesem embora os lamentáveis atrasos, viva e justamente criticados por organizações da Sociedade Civil.

Antes vice-reitor para a Administração e Recursos da UEM, conseguiu como ministro evitar a

escalada no confronto com a classe médica que tem manifestado a sua fúria com o sistemático incumprimento do Estatuto dos Médicos por parte do Governo, colocando-se à disposição para cooperar no âmbito do processo interposto pelos médicos no Tribunal Administrativo (TA).

A sua gestão da Covid-19 tem merecido elogios quer dentro quer fora do país, tendo sido aclamado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pela prestação de Moçambique face à crise pandémica.

Também foi infectado pela Covid-19 e capitalizou essa condição para assinalar que a contaminação não é uma questão de classe social. “Muitos de nós terão este vírus em algum momento da sua vida. Ninguém neste mundo pode dizer que está imune ao novo coronavírus. O que podemos fazer é abraçar com mais vigor a luta para proteger e cuidar das pessoas que conosco vivem e trabalham”, afirmou na altura.

Médico especialista em Endocrinologia, conseguiu transmitir o entendimento de que a Covid-19 não levou o país a baixar a guarda em relação às tradicionais patologias que mais letalidade causam em Moçambique, como a malária, HIV-SIDA e tuberculose.

Doutorado em Genética da Doença Cardiovascular pela Universidade de Witwatersrand, aplacou os fundados receios de ruptura de medicamentos no SNS face à impiedosa pressão exercida pela pandemia, mantendo o país com reservas à altura de enfrentar a emergência, dentro – claro! – dos padrões de anormalidade normal com que os moçambicanos convivem há muitos anos.

Os críticos dizem que enferma ele próprio de uma confiança ingénua num SNS que padece de graves deficiências estruturais.

Por outro lado, o litígio com os médicos é visto como o prolongamento de uma política velada de tratar mal os que têm de cuidar de todos.